



**Ata da 146ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM)
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.**

Data: 13 de outubro de 2020, às 13:30hs.

Endereço virtual da reunião:

<https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>

1 Aos 13 de outubro de 2020, às 13h30min, endereço virtual da reunião:
2 <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, reuniu-se a URC –
3 Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas, no Auditório da Supram Norte de
4 Minas - Rua Gabriel Passos, 50, Centro, Montes Claros/MG. Participaram os seguintes
5 membros Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente: Yuri Rafael de Oliveira
6 Trovão, - indicado formalmente pelo Presidente; Secretaria SEAPA: Titular: Sérgio de
7 Oliveira Azevedo; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE:
8 Titular: Benigno Antônio Oliva Santos; Instituto de Desenvolvimento do Norte e
9 Nordeste de Minas Gerais - Idene; Titular: Márcia Genoveva Rafael Versiani; Secretaria
10 de Estado de Infraestrutura - SEINFRA: 2º Suplente: Leander Efrem Natividade;
11 Empresa de Pesquisa e Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG: Titular: Polyanna
12 Mara de Oliveira; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE: José
13 Renato Dias; Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG: 2º Suplente: 1º
14 Sargento PM Leandro Marques de Souza Tavares; Conselho Regional de Biologia 4ª
15 Região – CRBio-04: 1º Suplente: Sabrina Santos Silva Rodrigues; Ministério Público de
16 Minas Gerais -MPMG: Titular: Daniel Piovanelli Ardisson; Prefeitura Municipal de
17 Montes Claros; 2º Suplente: Vinicius Queiroga Silva; Federação das Indústrias do
18 Estado de Minas Gerais - FIEMG: 2ª Suplente: Laila Tupinambá Mota; Federação da
19 Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG: Titular: Juvenal Mendes Oliveira;
20 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais –
21 FEDERAMINAS: 2º Suplente: Dirceu Martins; Sindicato dos Produtores Rurais ;de
22 Montes Claros: Titular: Hilda Andrea Loschi; Grupo Unido Filhos do Novo Chico –
23 GRUFINCH: Titular: Edmundo Barbosa Nepomuceno; Agência de Desenvolvimento
24 Local, Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha – MG – ADISC: Titular: Rosimeire
25 Magalhães Gobira; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM:
26 Titular: Álvaro Alves Carrara; Instituto de Ciências Agrárias – Campus Montes Claros –
27 ICA/UFGM: Titular: Rúbia Santos Fonseca; Faculdade Santo Agostinho de Montes
28 Claros – FASAMOC: 2º Suplente: Wesley Maia de Souza; ; Ordem dos Advogados do
29 Brasil – OAB/MG: 2ª Suplente: Henrique Tondineli Neto. Estiveram também presentes
30 Clésio Cândido Amaral, Superintendente da SUPRAM NM, e Técnicos da SUPRAM
31 NM.

32 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

33 Yuri Rafael Trovão declara aberta a 146ª RO da Unidade Regional Colegiada do Norte
34 de Minas do Conselho de Política Ambiental, em 13 de outubro de 2020, às 13h40min.
35 Convidados para ouvirem o Hino Nacional.

36 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

37 Hino Nacional Brasileiro

38 **2. Abertura pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental**
39 **e Presidentada URC NM, Dr. Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto.**



40 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão** lê o Memorando.SEMAD/GAB -.nº 160/2020:“Para
41 os Conselheiros da Unidade Regional Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual
42 de Política Ambiental (Copam)Presidência da 146ª Reunião Ordinária da Unidade
43 Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual de Política
44 Ambiental (Copam), a realizar-se no dia 13/10/2020. Senhores Conselheiros, diante da
45 impossibilidade de comparecimento do Titular e Suplente, representantes do Sistema
46 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos junto à Unidade Regional Colegiada
47 Norte de Minas - URC NM, conforme composição estabelecida pela Deliberação
48 Copam nº1.559 de 6 de abril de 2020, indico o Sr. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, para
49 presidir a 146ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, que
50 será realizada no dia 13 de outubro de 2020, às 13h30min, inteiramente digital,
51 seguindo a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19, além das demais normas
52 relacionadas às ações de combate à pandemia gerada pelo novo
53 Coronavírus.Atenciosamente, Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto - Secretário
54 Executivo do Copame Presidente da URC NM”. Passa ao item seguinte da pauta.

55 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

56 O **Presidente** questiona se algum Conselheiro deseja manifestar-se. Passa a palavra a
57 Guilherme Friche.

58 **Guilherme Friche**, da Assessoria de Gestão Regional SEMADE, diz que, na última
59 reunião da URC Norte de Minas, fez uma apresentação a respeito da política pública
60 regionalizada em que apresentou alguns elementos da estrutura do SISEMA, falando
61 um pouco do planejamento governamental, do planejamento estratégico; falou também
62 de alguns instrumentos de apoio à gestão ambiental, falou dos projetos em
63 desenvolvimento pelo SISEMA, algumas ações que vinham sendo desenvolvidas pela
64 Assessoria de Gestão Regional sob a ótica de promoção da política pública
65 regionalizada. Lembra que disponibilizou, na época, um link, para acesso ao
66 questionário de identificação das prioridades regionais segundo o ponto de vista dos
67 Conselheiros da Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas. Diz que receberam
68 algumas respostas, porém ainda estão esperando que alguns Conselheiros acessem o
69 questionário para que façam a identificação dessas prioridades. Pede que os
70 Conselheiros que ainda não puderam acessar o questionário que o façam, para que se
71 possa fazer a identificação. Diz que a Assessoria de Gestão Regional vai tratar essas
72 prioridades que os Conselheiros vão elencar e se vai dar continuidade a essa discussão,
73 essas tratativas, nas próximas reuniões da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas.
74 Informa que vai disponibilizar o link para acesso ao questionário no chat e vai
75 encaminhar para a secretaria executiva enviar para os Conselheiros por e-mail, além do
76 material que foi utilizado na apresentação da última reunião. Diz que fica à disposição
77 para quaisquer esclarecimentos e no chat haverá o link para acesso ao questionário.O
78 **Presidente Yuri Trovão** agradece ao Guilherme Friche e confirma que o link será
79 disponibilizado no chat e posteriormente encaminhado aos Conselheiros. O
80 **Conselheiro Dirceu Martins**, apresenta-se com Engenheiro Agrônomo, está na
81 Gerência Regional do Sistema FAEMG/SENAR em Montes Claros, e é representante da
82 FEDERAMINAS. Cumprimenta todos os Conselheiros e diz de sua enorme satisfação
83 por estar participando deste Conselho de suma importância para nossa sociedade.
84 Participa da primeira reunião com muita satisfação e orgulho.O **Presidente** dá boas
85 vindas a \conselheiros e deseja que tenha uma atividade proficua neste Conselho. Não
86 havendo mais manifestações, passa ao item seguinte da pauta.



87 **4. Exame da Ata da 145ª RO de 11/08/2020.**

88 O **Presidente** questiona se há destaques em relação à ata. Pede ajuda à secretaria pois
89 não consegue observar se há algum destaque de Conselheiros.

90 O **Conselheiro Daniel Piovanelli**, representante do Ministério Público, pede uma
91 retificação a uma menção que foi feita ao Ato Normativo que o Ministério Público cita
92 para abstenção. Diz que constou sua referência ao Ato Normativo 12 de 2020, na linha
93 736, mas, na verdade o Ato é o Ato nº2. O **Presidente** diz que fica registrada a
94 retificação do Conselheiro Dr. Daniel. Não havendo mais manifestações, coloca em
95 votação a Ata da 146ª RO de 11/08/2020. Inicia a votação:

96 SEAPA: Sérgio, favorável; SEDE: Benigno, ausente; IDENE ausente; SEINFRA:
97 Leander, favorável; EPAMIG: Poliana, favorável; SEDESE: José Renato,
98 favorável; PMMG: Sargento Leandro, favorável; CRBIO 4: Sabrina, favorável;
99 MPMG: Dr. Daniel, favorável, com a retificação; Prefeitura Montes Claros: Vinicius
100 Queiroga, favorável; FIEMG Laila, favorável; FAEMG: Juvenal, favorável (votou pelo
101 chat); FEDERAMINAS: Dirceu Martins, favorável; Sindicato dos Produtores Rurais:
102 Hilda, favorável; GRUFINCH: Edmundo favorável; ADISC: Rosimeire ausente; CAA:
103 Álvaro Carrara, favorável; ICA/UFMG: Rúbia, ausente; FASAMOC: Weslei, favorável;
104 OAB: Henrique, favorável. Diz que, na reunião, a OAB foi representada pelo Dr. Paulo
105 Renato de Oliveira, titular. O **Presidente** questiona se os que estavam ausentes se
106 fizeram presentes. Apura **17 votos favoráveis**, com o destaque feito pelo Conselheiro
107 Daniel Piovanelli.

108 **5. Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Apresentação: SEMAD.**

109 O **Presidente** chama para apresentação o representante da SEMAD.

110 **Daniel dos Santos Gonçalves**, da SEMAD, diz que a intenção de fazer essa
111 apresentação é de fazer um panorama do SLA tendo em vista que o sistema já está no ar
112 há quase um ano e já foram licenciados quase 5.000 empreendimentos por meio do
113 sistema. Já se têm resultados bem interessantes. É um sistema que continua em
114 desenvolvimento na Secretaria. A usabilidade dele cada vez se estende mais. Os órgãos
115 de Controle, o Ministério Público, por exemplo, já tem acesso ao sistema. Os
116 Conselheiros, boa parte já tem acesso, manifestaram interesse e já se providenciou
117 acesso. Diz que têm intenção em acesso até os servidores do IBAMA e outros órgãos
118 públicos que queiram adentrar os dados de forma mais detalhada dos processos de
119 licenciamento ambiental tramitados no estado. Diz que vai abrir uma apresentação.
120 Informa que está lotado na Diretoria de Estratégia e Regularização e Articulação com
121 Órgãos e Entidades Intervenientes à SEMAD, com a parte da utilização de processos
122 principalmente fica-se com grande atribuição nesse sentido. Como vem sendo feito em
123 todo Brasil, Minas Gerais adotou, a partir de 2016, uma série de ações, e, no que se
124 refere a licenciamento ambiental, a racionalização de processos, a eliminação de etapas
125 burocráticas, ela conseguiu ser alcançada com o lançamento do Sistema de
126 Licenciamento Ambiental, que aconteceu no dia 04 de novembro do ano passado. A
127 partir do lançamento desse sistema, conseguiu-se alcançar uma série de benefícios,
128 arrecadadas mais de 10 milhões de taxas, dando mais segurança jurídica para quem paga
129 e para o órgão ambiental no cumprimento da legislação; mais de 5.000
130 empreendimentos já foram licenciados. Atualmente se tem um prazo médio de análise,
131 incluindo os simplificados, de 14 dias. Em termos de celeridade, é o mais célere do
132 Brasil. Só o Espírito Santo, que tem 19 dias, vem em segundo lugar. Explica que,
133 dependendo da modalidade, há um prazo maior. Como o LAS/Cadastro é boa parte da



134 extensão dos processos, está-se realmente com o prazo bem reduzido principalmente
135 pela eliminação de etapas. Antes movimentavam-se pastas físicas entre os vários setores
136 das regionais, entre regionais, buscando o trabalho de algum analista que tivesse alguma
137 formação acadêmica específica, pois muitas vezes o Estado tinha dificuldade de
138 uniformizar as equipes. Às vezes se tinha um profissional que analisa cavidades só na
139 região Norte. O processo tinha que sair da Central, via carro, gastando combustível do
140 estado, pasta física, para depois retornar para aquela unidade competente por decidir. O
141 empreendedor tinha que entregar informações fisicamente. Isso exigia nada parte da
142 sociedade como do órgão público alguns gastos que eram desnecessários. Quando se
143 começa a cortar essas etapas que não fazem sentido, mera burocracia, os prazos tendem
144 a cair bastante. Além disso, conseguiu-se realocar pessoas dentro do órgão ambiental,
145 reduziu-se mais de 01 milhão de folhas de papel por ano; custos diretos com pastas
146 (500.000). Os ganhos foram grandes. Diz que, quando se fala de licenciamento, tem-se
147 que trabalhar na vertente econômica, social e ambiental. Na primeira entrega do sistema
148 de licenciamento, ele tende a eliminar etapas burocráticas e trazer uma redução de
149 custos. Mas continua-se a trabalhar na ferramenta para trazer mais efetividade em termo
150 de participação social - algumas ferramentas têm-se desenvolvido nesse sentido - e
151 também qualidade ambiental no pós-licenciamento. Vão-se trabalhar módulos de gestão
152 de condicionantes, parecer eletrônico. Diz que isso está tudo sendo feito agora. É
153 importante empreender o que já está entregue e todo o escopo do sistema que vai algum
154 tempo para se fazer uma entrega robusta para o Estado contemplando as três vertentes:
155 econômica, social e ambiental. Diz que a primeira onda de entregas é a questão
156 econômica de redução de custos, eliminação de etapas e mais segurança jurídica. Toda a
157 tramitação do processo de licenciamento acontece de modo uniforme
158 independentemente da modalidade. Desenhando-se isso no sistema, dá-se mais
159 segurança para quem tramita o processo e também para o empreendedor que aguarda a
160 licença ambiental ao final do processo. Diz que o importante é ter-se a visualização do
161 conceito que o SISEMA trouxe para o sistema eletrônico. Na verdade, criou-se uma
162 plataforma que se denominou Portal Ecossistemas. Essa plataforma compreende todos
163 os módulos que a partir de novembro do ano passado passam a ser eletrônicos. O
164 sistema de licenciamento foi o primeiro desses módulos. O módulo de registro de
165 categorias já foi lançado também pelo IEF. O sistema de outorgas é outro que está para
166 lançamento também. O que há de comum nesses serviços ambientais é um cadastro
167 único que antecede aos serviços, as pessoas físicas e jurídicas que se respondem pelo
168 serviço que querem pedir de forma eletrônica. A vantagem de se ter o portal é se começa
169 a conversar com as informações. Diz que, quando se fala em decisão, decisão gerencial
170 e decisão de política pública, a informação ambiental é essencial tanto para a
171 participação pública quanto para a decisão de processo. Quando se têm módulos que
172 têm uma certa independência, mas também têm integrações, começa-se a ter um pulo de
173 qualidade na análise dos processos. Essa é que é a ótica compreendida no Portal
174 Ecossistemas. Como se fala de sistema de licenciamento é muito difícil de lançar um
175 sistema eletrônico. Essa dificuldade acontece no país como um todo. Vários estados não
176 têm processos eletrônicos, outros têm. Mas há uma grande dificuldade porque a
177 legislação ambiental é muito dinâmica. O risco de se abraçar muito no início e sofrer
178 uma atualização muito grande, perder seu trabalho, é algo que leva a quem faz um
179 trabalho desse ter alguma cautela. A primeira cautela que se adotou em Minas é
180 fracionar as fases. O sistema foi fracionado em cinco etapas. O que foi lançado em



181 novembro do ano passado foram as duas primeiras etapas, cadastros de pessoa física e
182 jurídica, e que compreendem todo pedido, a caracterização, a análise e emissão da
183 decisão do processo. Isso de forma totalmente eletrônica. O empreendedor faz o contato
184 pela própria ferramenta. Muitas vezes as informações complementares que eram feitas
185 de ofício, demoravam dias até chegar para ciência do empreendedor, no mesmo dia,
186 muitas vezes, o empreendedor responde a informação. Isso otimiza muito a análise do
187 processo, cai muito com os prazos do licenciamento tendo em vista essas ferramentas.
188 Diz que são várias outras ferramentas que têm sido elaboradas nas etapas 3, 4, e 5.
189 Quer-se trazer a figura do terceiro interessado à participação eletrônica da sociedade
190 visualizando o georreferenciamento, conseguindo visualizar se o empreendimento está
191 próximo à residência dela e ela conseguir se pronunciar. Tem-se elaborado parecer
192 eletrônico, gestão de condicionantes ambientais, o próprio manejo de fauna eletrônico
193 via SLA para os casos que têm vindo com o sistema de licenciamento. Há uma série de
194 ferramentas sendo desenvolvidas pela equipe em coordenação da Diretoria que ele
195 coordena com a equipe de TI de desenvolvimento da SEMAD. Diz que há muita coisa
196 nova vindo para usabilidade e é importante que se compreenda essa nova lógica.
197 Destaca que a primeira dificuldade que se tem der sistematizar o sistema eletrônico de
198 licenciamento é a avaliação de impacto ambiental. No Brasil, em virtude do modelo
199 francês, aqui ela é integrada com o processo de licenciamento. A avaliação de impacto
200 americana é diferente. No Brasil ela é concomitante. Observa que é claro que há
201 processos onde não se precisa da avaliação de impacto, o modelo autodeclaratório que é
202 adotado no Ceará, Rio Grande do Sul, Amapá e outros. Em Minas Gerais se precisou
203 formatar um processo administrativo que conseguisse permitir que as fases de avaliação
204 de impacto, triagem, etc., sejam conjugadas com as fases do processo administrativo.
205 Acontece um problema: as leis do processo administrativo não são adaptadas ao
206 processo administrativo ambiental. O direito administrativo é do século XVIII e o
207 ambiental é da década de 60 para frente. É preciso criar umas etapas do processo
208 administrativo para que esse fluxo do processo eletrônico fique bem visível tanto pelo
209 empreendedor, a sociedade, órgãos de controle como pelo órgão de análise do processo.
210 Diz que se pegaram as fases do processo administrativo (se for olhar a legislação
211 federal, Lei 9784, de 99; a lei de processo administrativo estadual, a 14.184, de 2002)
212 tem-se quatro fases, macrofases: instalação, instrução, relatório e decisão final.
213 Adaptaram-se essas fases para a realidade do processo administrativo ambiental, que é o
214 licenciamento. Tem-se a primeira fase que é a caracterização/pré-análise, que são fases
215 pré-processuais. Instaura-se o processo, começa-se a contar o prazo da legislação
216 ambiental. Faz-se a vistoria, informações complementares, audiência pública, se for o
217 caso de uma consulta pública, elabora-se um parecer opinativo, e a autoridade decide.
218 Diz que se fez essa adaptação. Criou-se uma fase pré-processual. Muitas vezes os
219 processos administrativos de licenciamento entravam com problemas formais, faltando
220 páginas, erros crassos de não cumprimento de termo de referência. Quando se tem uma
221 análise de conferência inicial do processo, a chance de ele entrar muito mais pronto é
222 bem maior. Ganha-se na qualidade de tramitação do processo com esse faseamento do
223 licenciamento ambiental. Observa que o que está hoje eletrônico é tanto a parte de
224 planejamento na IDE. O empreendedor acessa o IDE, escolhe o território onde quer
225 empreender com os atributos ambientais que lá estão alocados e consegue ter uma
226 noção da rigidez do processo por lá e consegue escolher seu território e pedir seu
227 licenciamento ambiental. Faz a requisição eletrônica, análise do processo eletrônico,



228 todos os esclarecimentos, até marcação de reunião eletrônica através do SLA. Há a
229 emissão de um certificado onde já estão anexas as condicionantes ambientais. Há um
230 QC de validação em campo. Um fiscal consegue verificar se naquele certificado foi
231 emitido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. O empreendedor faz um
232 *download* de seu certificado. Isso está tudo eletrônico. Está-se agora fazendo integração
233 com a IDE. Modalidades, custos vão ser fornecidos de forma automática e, se o
234 empreendedor precisar manusear seu *shape* na IDE/SISEMA, isso vai dar mais
235 segurança para o empreendedor. Ou seja, a fase de triagem vai ser realmente
236 automatizada e vai independe de ação do empreendedor prévia na fase de
237 planejamento. Claro que ele pode fazer isso para conferir o resultado do sistema.
238 Conforma se está partindo para a integração e, na medida que se integra com a
239 ferramenta de gestão de informação oficial, IDE/SISEMA, começa-se a consumir
240 informações da IDE e compartilhar as informações do licenciamento com a IDE
241 também. Começa-se a ter um dinamismo da informação ambiental. Pode-se aproveitar
242 informações já consideradas como oficiais pelo órgão, por exemplo, e o empreendedor
243 consegue visualizar, por exemplo, quais empreendimentos estão ali ao seu entorno antes
244 de pedir o licenciamento e a análise sinérgica cumulativa de impactos começa a
245 melhorar e se tem mais chance de pegar fragmentações de processos. Isso está sendo
246 desenvolvido agora no sistema. Por enquanto ainda a ideia está separada do SLA. Agora
247 se está com essa ação de integrar essas duas principais ferramentas para aumentar a
248 qualidade da informação e, conseqüentemente, da análise do processo. Diz que, quando
249 se faseia a análise do processo, encontram-se três macroetapas que são a caracterização,
250 a admissibilidade e trâmite processual. A caracterização é feita pelo empreendedor. Ele
251 percorre dez etapas colocando uma série de informações. O FCE ficou eletrônico, não
252 se fala mais de FCE. Percorre dez etapas, desde definição de competência, pela Lei
253 Complementar 140 e pelo Decreto Federal 1437, de 2015, da DN 213, atualizada pela
254 219, e outras legislações que fornecem a competência. É a primeira etapa. Além dessa
255 primeira, ele percorre mais nove. Isso está a cargo do empreendedor antes que a
256 solicitação dele entre para análise. Como hoje a taxa cobrada instituída pela Lei 22796,
257 esse custo é cobrado dele de forma integral e previamente à prestação do serviço. Aí se
258 tem uma segurança do valor cobrado de forma automática, gerado de acordo as
259 respostas que ele forneceu nessa fase de caracterização. Assim que se faz uma análise
260 inicial, a admissibilidade daquela requisição, corrige-se, se se tiver que corrigir ou
261 aceita se estiver tudo certo. Forma-se o processo administrativo de licenciamento e
262 inicia-se o fluxo de trâmite processual. A primeira etapa do empreendedor é fazer um
263 cadastro no Portal Ecosystemas. Tem uma parte “Registre-se aqui”. Ele registra seu
264 CPF que já tem uma ligação na Fazenda. O cidadão consegue acessar por aqui todas as
265 informações do processo. Consegue acessar o *shapedo* empreendimento, não só
266 informações documentais, consegue visualizar qualquer área do empreendimento que
267 está sendo pedido para visualizar se sua propriedade está próxima ou não. Além disso,
268 todas as informações estão públicas, estão acessíveis. Os documentos são inseridos de
269 forma eletrônica e automática pelo empreendedor. Tem-se segurança de uma
270 informação melhor. Tem-se trabalhado uma série de filtros de melhoria desses relatórios
271 tanto para acesso da sociedade como por outros órgãos públicos. Os Conselheiros têm
272 um acesso diferenciado, não conseguem somente ver o que está dentro do processo,
273 conseguem enxergar tudo o que o empreendedor respondeu. Conseguem ver todo o
274 trâmite do empreendedor, as respostas que ele forneceu e que deram origem ao processo



275 subsequentemente. O Ministério Público, os órgãos de controle têm esse acesso
276 diferenciado. Quer-se estender esse acesso diferenciado para outros órgãos públicos
277 para que todos os interessados tenham o mesmo nível de informação e contribuam com
278 a decisão do processo. A decisão não é do órgão ambiental. É uma composição de
279 interesses. Assim, é preciso que todos os atores tenham o máximo acesso possível às
280 informações ambientais fornecidas dentro do processo. Informa que se tem uma fase
281 inicial antes da formação do processo, que é o cadastro de pessoas físicas e jurídicas
282 onde aquele CPF, se for uma fazenda que queira fazer uma atividade agrossilvipastoril,
283 ou o CNPJ, se for uma indústria, ele aloca ali sua informação e, a partir daí, ele
284 responde administrativamente pelo percurso do processo e das informações alocadas no
285 sistema e pela licença ao final concedida. Tem-se essa fase que é uniforme para todos os
286 serviços eletrônicos. Quando o sistema de outorga estiver lançado, o que deve acontecer
287 ainda esse ano, salvo engano, ele também vai consumir do mesmo cadastro de pessoas
288 físicas e jurídicas. O registro de categorias lançadas pelo IEF também consome do
289 mesmo cadastro. E a SLA também. Essa pessoa se cadastra e a partir daí consome os
290 serviços ambientais do estado que estão eletrônicos. Mostra imagem do sistema
291 explicando que há as etapas que o empreendedor percorre. Diz que a vantagem é que, se
292 se exercer 30 atividades, ele consegue inserir essas 30 atividades nessa fase de
293 caracterização. Consegue-se visualizar tudo o que se está desenvolvendo, inclusive as
294 dispensáveis de licenciamento saem no anverso do certificado de licença. Tem-se um
295 olhar mais holístico para aquele certificado para saber tudo o que compreende ali. Diz
296 que o custo é gerado automaticamente. O empreendedor coloca ciência em várias
297 questões da legislação ambiental no sistema. Se ele estiver vedado por alguma
298 característica do território, o sistema já o alerta sobre isso, já para a caracterização. Se
299 tiver alguma restrição, o sistema notifica. Trabalha-se muito na ótica, o direito
300 estrangeiro fala muito, de tirar o comando/controlado e de indução de comportamento
301 nessa fase de caracterização. Trabalha-se com uma série de alertas para induzir
302 determinada conduta, para o empreendedor enxergar isso antes de pagar uma taxa ou
303 empreender em determinado território. Diz que nessa fase de caracterização se trouxe
304 muito esse viés que foge muito do comando/controlado. Observa que se tem o intercurso
305 do empreendedor de uma série de situações. Ele verificar se a competência é realmente
306 da SEMAD; vai colocar todas as suas atividades; colocar o georreferenciamento do seu
307 local; colocar todos os critérios locacionais incidentes; os fatores de restrição e vedação,
308 e outros também, já que a DN17 traz um caráter exemplificativo, são alocados nessa
309 fase. O empreendedor responde e o órgão ambiental afere essa resposta com a utilização
310 da IDE. Há as exceções de modalidades. Existe uma tabela geral na DN 17, por
311 exemplo art. 19, que fala que determinadas atividades não podem ser LAS/Cadastro. O
312 sistema automatiza as modalidades. Indepe do comportamento do servidor
313 manualmente alterar determinada modalidade. O sistema faz isso automático. Decisões
314 judiciais que já transitaram em julgado, foram homologadas, também estão
315 compreendidas nessa modalidade. Frisa que o sistema tenta automatizar e deixar o
316 mínimo possível para comportamento manual. Isso traz uma segurança para quem pede,
317 para todos os atores do processo. Diz que, ao receber essa solicitação, o órgão ambiental
318 faz uma análise de diversos fatores com base nas informações alocadas nessa primeira
319 fase, por exemplo: se o empreendimento está regular, se está pedindo no lugar correto,
320 se não é do município, se não é do IBAMA, se as taxas foram realmente quitadas.
321 Observa que já se tem uma ligação na Fazenda e, assim que ele quita, já se consegue



322 visualizar isso. Não se precisa de comprovação de quitação de taxa. A Fazenda já
323 comunica que aquele valor está quitado. Faz-se uma série de avaliações antes de se
324 receber a solicitação. Dá-se uma ênfase para a ferramenta de geoprocessamento. Como
325 se está fazendo uma integração IDE/SISEMA, vai-se conseguir abrir as camadas do
326 IDE/SISEMA que serão utilizadas para definição de modalidade. Uma camada que já
327 existe é a de licenças concedidas. Quando o empreendedor pedir seu licenciamento, já
328 vai conseguir enxergar nessa ferramenta qual o rol de atividades no seu entorno, qual o
329 local onde pode realmente empreender e a conexão dos impactos eventualmente que
330 serão analisados pelo órgão ambiental. E o órgão ambiental consegue visualizar
331 fragmentações ou não nessa ferramenta. Se o empreendedor, com o mesmo CNPJ,
332 mesmo CPF pedem duas requisições diferentes e coloca desenhos próximos uns dos
333 outros, já é um alerta que o órgão ambiental pode fazer uma fiscalização in loco para
334 ver se se trata de um mesmo empreendimento ou não. Observa que já se conseguiu
335 pegar nessa ferramenta fragmentações de processos. Frisa que a inserção de documentos
336 é totalmente *on line* e os documentos que a legislação coloca como facultativos na
337 formulação do processo já são identificados nessa fase de caracterização. Os outros que
338 são obrigatórios, principalmente os estudos ambientais, não se consegue passar de fase
339 de análise interna sem anexar todos eles. Isso já dá uma segurança para o órgão que está
340 recebendo. Observa que os documentos são colocados pelos servidores da Secretaria.
341 Todas as regionais têm uma uniformidade de tratamento da instrução do processo. Isso
342 contribui para a segurança do empreendedor que pede. Observa que isso tem que evoluir
343 muito no que tange à aferição documental e atualização, mas o sistema já dá essa
344 possibilidade de monitorar as exigências dos processos com relação ao comportamento
345 das diversas regionais e comparar esses comportamentos para as ações gerenciais nesse
346 sentido. As taxas têm suas fontes devidamente identificadas. Para a taxa de expediente
347 tem-se um DAE específico e também para a taxa de análise de EIA/Rima tem-se DAE
348 específico. Quando a Fazenda recebe esse pagamento, tem-se certeza de que se está
349 cobrando e o empreendedor sabe que está pagando e o órgão dá mais segurança dessa
350 arrecadação. Assim que se pagou, passa-se para o ambiente de pré-análise e nesse
351 ambiente se pode deferir a solicitação e o deferimento ocasiona uma formalização do
352 processo. Se se indeferir essa solicitação, não se tem como aproveitar a taxa do
353 empreendedor e ele pode peticionar através da Fazenda a restituição. Diz que se criou
354 uma figura do Código Civil que é inépcia. Quando se coloca essa opção, o
355 empreendedor consegue voltar à caracterização, corrigir alguma informação que estava
356 errada e aproveita aquele valor que está pago. São erros sanáveis, onde não há má-fé do
357 empreendedor. Consegue-se recuperar esse valor que ele pagou e Continua-se
358 tramitando o processo. Isso dá celeridade, eficiência e também é uma ferramenta muito
359 importante para o empreendedor que muitas vezes perdia o valor por alguns erros, e
360 agora consegue corrigir na ótica eletrônica. Isso é muito importante na prática porque,
361 quando se faz uma vistoria *in loco*, muitas vezes se identifica uma série de outras
362 atividades que o empreendedor não colocou em sua requisição como passíveis de
363 licenciamento. Como todas as atividades que ele coloca vão diretamente para o
364 certificado de licença, consegue-se por essas ferramentas corrigir toda informação que
365 está dentro do sistema antes da emissão do certificado, para que o certificado retrate
366 realmente as informações que são reais de seu empreendimento. Essa solicitação pode
367 virar ou não processo. Diz que se criou uma ferramenta que muito interessante, que
368 garante certa segurança ao empreendedor. Exemplifica que o empreendedor anexou



369 todos os documentos, pagou a taxa e o órgão ambiental demorou 20 dias para fazer a
370 análise de admissibilidade de sua solicitação. Se, no momento em que ele anexou, todos
371 os documentos estavam corretos, à medida que o órgão ambiental analisa, ratifica e
372 forma um processo, retroage-se o prazo na data em que ele inseriu o documento. Ele
373 tem a segurança de que começou o processo naquela data. Diz que isso é importante
374 porque se tem algumas figuras nos decretos, por exemplo a denúncia espontânea para as
375 atividades agroindustriais, agrossilvipastoris, onde a data de formalização é essencial
376 para quem está buscando a regularidade. Com essa ferramenta consegue-se dar
377 segurança para quem pede. Observa que, quando o órgão ambiental decide pela
378 formação de um processo, as decisões são diferentes. Pode-se deferir a licença ou
379 indeferir ou arquivá-la. Diz que se criou uma nova ferramenta para invalidação do ato
380 de formalização. Usou-se a lei de processo administrativo estadual para, quando se tem
381 o processo formado e ainda há uma informação errada do empreendedor que não foi
382 devidamente saneada na fase pré-processual, mas, sim, durante uma vistoria, durante a
383 análise do processo, e aquela informação que ele colocou ainda está falha, o órgão
384 ambiental consegue invalidar a formalização daquele processo, o empreendedor retorna
385 ao início, corrige a informação. Assim que ele corrige, saneia e o processo retorna. Ele
386 aproveita as taxas. É como se fosse o mesmo processo. Trabalha-se essa ferramenta
387 como se fosse uma informação complementar. Diz que se criou esse tipo de ferramenta
388 para que o processo eletrônico fosse viabilizado, porque, como se emite um certificado
389 eletrônico, se a informação estivesse errada, não se conseguisse corrigir, não se
390 conseguiria gerar um processo eletrônico, nem tramitar isso de forma célere. Observa
391 que o número do processo de licença é diferente do número da solicitação e é
392 importante ter essa compreensão. Nesse ambiente de análise tem-se uma série de
393 ferramentas, as trocas de informações, contagem de prazo, o empreendedor é notificado
394 quando prazo está acabando para a resposta. Há uma vantagem: se uma consultoria está
395 prestando serviço dentro do sistema, os e-mails dos empreendedores também são
396 notificados sobre os prazos e consegue ver se a consultoria está sendo diligente ou não
397 com o processo para o qual foi contratada. Diz que se conseguiu por um *take*
398 movimentar esse processo internamente, passar de uma SUPRAM para outra, consegue
399 contribuição de analista de forma séria e utilizando-se os recursos humanos do estado
400 que são tão limitados. Essas ferramentas possibilitam que as pessoas trabalhem mais
401 processos, consegue-se fazer um fluxo maior, uma contribuição maior das regionais,
402 profissionais alocadas em todo o estado; os documentos são inseridos a todo tempo; as
403 decisões dos processos são feitas por aqui mesmo. Ao clicar no seu link, por exemplo, o
404 analista consegue ver tudo o que já ocorreu, cadastro, informações da caracterização, os
405 estudos ambientais, etc. Na tela de pendências se consegue gerar uma pendência
406 simples, uma mera notificação, marcar uma reunião com o empreendedor; consegue
407 gerar uma pendência de documento, apontar todo documento que tem que ser corrigido,
408 a justificativa para essa correção, a data em que isso foi enviado, a data em que o
409 empreendedor retornou, muitas vezes no mesmo dia, com o SLA; consegue alterar a
410 modalidade do critério técnico e já se gera um DAE automático para o empreendedor
411 pagar. Se sair uma decisão judicial no transcurso do processo, não se precisa voltar
412 atrás. O técnico altera a modalidade, o empreendedor recebe o acréscimo do custo e já
413 se tem o trâmite transcorrendo imediatamente. Consegue-se sobrestar o processo. O
414 empreendedor pode pedir o sobrestamento. Existe uma funcionalidade para isso. Ele
415 apresenta um cronograma de entrega, o órgão aceita. Há um fluxo para isso dentro do



416 sistema. Há essas modificações para o empreendedor. Os órgãos de controle também, a
417 sociedade, conseguem ver se o empreendedor está sendo diligente entregando nos
418 prazos. Frisa que o órgão pode até aceitar uma informação fora do prazo, o sistema
419 permite isso para as questões que saem da rotina. Está-se, por exemplo, vivendo um
420 momento de Covid, e os prazos, os processos administrativos haviam sido suspensos. O
421 sistema estava contabilizando um prazo que o decreto estava suspendendo. O órgão
422 ambiental poderia aceitar a informação desde que justifique que está aceitando em
423 virtude uma outra legislação que está cobrindo aquele comportamento. Mas fica tudo
424 registrado no sistema. As mudanças de modalidades acontecem durante todo o fluxo. As
425 decisões finais são cadastradas, motivo, descrição das condições ambientais são
426 alocadas no certificado. O empreendedor recebe o certificado e anexo a ele as
427 condicionantes ambientais. Diz que há uma série de informações: de quem cadastrou,
428 qual seu prazo de vigência; pode-se ter uma ampliação em que o prazo da licença vai
429 acompanhar o prazo remanescente da licença principal de acordo com o Decreto 47383.
430 Fala sobre a certidão de licença. Diz que se teve um ganho qualitativo nesse sentido.
431 Nos primeiros três meses do sistema no ar, convocou-se o licenciamento e mais de 300
432 empreendimentos se declararam autodispensáveis de licenciamento. Como agora se tem
433 uma análise, uma aferição e a ferramenta geoespacial cobre o shape de empreendimentos
434 mesmo dispensáveis em alguns casos, como aqueles que estão abaixo do limite mínimo
435 da listagem da 217, convocou-se mais de 300 empreendimentos que estavam se
436 declarando autodispensáveis de licenciamento. Diz que assim se aumenta muito o
437 número de licenciamentos ambientais. Diz que se tem algumas dificuldades agora
438 porque a entrada está sendo muito superior. A facilidade de se pedir o licenciamento,
439 convocar empresas que antes eram dispensadas dá um trabalho extra. Apesar de o
440 sistema ser bem célere, instigou-se a regularização ambiental. Os números mostram que
441 o número de processos que estão tramitando é bem maior e cada vez mais tem havido
442 mais pedidos de licenciamentos ambientais no estado de Minas. Destaca que a
443 vantagem do sistema eletrônico é a uniformização. Todos os processos seguem o mesmo
444 fluxo: caracterização, pré-análise, análise, emissão e decisão, tudo fica alocado no
445 mesmo tipo de *layout*, o *design*, o formato de processo. Diz que estão com uma série de
446 outras ferramentas em elaboração. Em caráter exemplificativo, diz que vão conseguir
447 fazer autotutela de decisões já tomadas e fazer o registro de cada histórico dentro do
448 sistema. São ações que devem sair ainda este ano, conforme a previsão. As
449 condicionantes vão passar a ser geridas de forma eletrônica no sistema; controle de
450 tempestividade, conteúdo e desempenho ambiental de forma mais aferida, utilizando o
451 trabalho dos analistas que hoje têm que aferir uma série de papéis para aferir o pós-
452 licenciamento. Com o parecer eletrônico, consegue-se ter um padrão de parecer. Isso
453 está sendo desenvolvido. Alguns outros requerimentos como TAC, segunda via de
454 certificado, estão sendo desenvolvidos. Está-se fazendo integração com IDE/SISEMA
455 para consumir dados de lá e para eles receberem dados da SLA. Melhorias de
456 usabilidade em Geral. Há muitas possibilidades que o sistema traz, por isso é um projeto
457 de médio e longo prazo. Já se tem muitos benefícios, de ordem econômica
458 principalmente. Diz que procurou fazer um resumo do que está disponível. Quem não
459 tem acesso pode pedir pelos e-mails que está deixando. Diz que se faz orientação
460 quanto ao acesso das buscas, das informações que eventualmente queiram. Devem estar
461 cientes de que a cada momento podem surgir novas ferramentas, o que pode exigir um
462 contato com sua Diretoria para orientá-los no sentido de que existe uma outra



463 ferramenta, uma nova informação disponível, outra forma de procedimento no estado.
464 Destaca que se saiu definitivamente do processo físico para a seara eletrônica. Isso tem
465 uma série de implicações mesmo na legislação. Até o decreto deixa de ser a Lei 14184
466 e passa a ser o Decreto 47222 que regula o processo administrativo eletrônico. Há várias
467 novidades. Seu papel hoje foi fazer de forma geral o sistema. Fica à disposição dos
468 Conselheiros para eventuais dúvidas mesmo fora daqui. O **Presidente Yuri Trovão**
469 agradece a Daniel a apresentação. Diz que o sistema eletrônico era um anseio dos
470 servidores. Ele mesmo é do concurso de 2006, passou por outros sistemas que não
471 deram certo. Vê o quão é bom esse sistema desenvolvido pelo Daniel, sua equipe, o
472 pessoal de TI. Como servidor só tem que parabenizar a equipe por ter desenvolvido um
473 sistema tão bom e pela transparência que isso vem dando aos trabalhos. Questiona aos
474 Conselheiros se há alguma pergunta ao Daniel, alguma dúvida que possa ser esclarecida
475 nesse momento. Diz que já perguntaram sobre a disponibilidade da apresentação feita
476 pelo Daniel. Pede à secretaria, que depois entre em contato com Daniel, Geovana,
477 Elisângela, para disponibilizar todas as apresentações para os Conselheiros. Mais uma
478 vez questiona se há dúvidas. Pede que levantem a mão virtual ou mesmo a mão física
479 para que consiga ver e dar a palavra. Não havendo questionamentos, agradece mais uma
480 vez mais uma vez ao Daniel e pede que ele disponibilize a apresentação para ser
481 repassada aos Conselheiros. Passa ao ponto seguinte da pauta.

482 **6. Municipalização do Licenciamento Ambiental: Curso EAD “Descentralização do**
483 **Licenciamento Ambiental”. Apresentação: Semad.**

484 O **Presidente** informa que a responsável pela apresentação será Geovana Santos.
485 **Geovana Santos** diz que é da Diretoria de Apoio à Gestão Municipal – DAGEM –
486 diretoria que compõe a SUARA e por sua vez a SURAM. Informa que a DAGEM
487 trabalha com a articulação das entidades e dos municípios para que se possa fomentar a
488 descentralização da gestão ambiental. É a unidade que colabora com a missão da
489 SURAM para promover uma gestão ambiental mais descentralizada, mais participativa,
490 mais próxima do cidadão. Diz que, nos últimos tempos, tem atuado nessa frente de
491 capacitação com os municípios assumindo as competências de licenciamento e, para
492 isso aconteça de forma mais adequada, essa frente de capacitação é fundamental.
493 Capacitam-se não só os municípios, mas as entidades atreladas a esses municípios como
494 os consórcios. Destaca que há uma participação muito grande dos consórcios no
495 licenciamento. Metade dos municípios que licenciam eles o fazem por meio de
496 consórcios compartilhando a equipe técnica com outros municípios. A DAGEM busca
497 articular essas entidades para promover melhor gestão ambiental. Além de capacitar, dar
498 apoio técnico, tem três principais formas de atuação. A primeira é o apoio direto. A
499 DAGEM tem um canal, o e-mail da DAGEM: dagem@meioambiente.mg.gov.br. É um
500 canal de acesso dos municípios à SEMAD. Diariamente respondem-se dúvidas de
501 municípios que ainda não começaram a licenciar, mas também dos municípios que já
502 licenciam, fiscalizam e querem tirar suas dúvidas. Não são dúvidas necessariamente
503 relacionadas à DAGEM, mas dúvidas relacionadas ao sistema de meio ambiente. Nesse
504 ponto ser faz articulação também. A outra frente de atuação seriam materiais de apoio.
505 Trabalha-se com materiais tanto pré-disponibilizados aos municípios quanto para deixar
506 armazenados no site do Meio Ambiente. É um site muito bom, e tem orgulho de falar
507 isso porque esses sites atualizados, estruturados de governo são raros ainda em nosso
508 país. E a SEMAD conseguiu ter esse site, como Daniel mostrou, que pode servir de
509 acesso tanto para a população em geral como para públicos mais específicos. No site da



510 SEMAD há uma página específica da Municipalização onde se tem material de apoio e
511 se está trabalhando para fornecer materiais cada vez mais robustos. Há ainda a frente de
512 capacitação onde se trabalha principalmente com capacitações presenciais. Diz que
513 Daniel falou um pouco do panorama do SLA. Integra não só na mesma área mas no
514 mesmo sentido de tentar trazer o incremento da tecnologia para ofertar melhores
515 produtos para o público, tanto para os empreendedores como para os municípios. Diz
516 que a pandemia demanda uma mudança de paradigma. Tem-se o estado muito grande,
517 com extensão territorial significativa, uma quantidade de municípios muito
518 significativa, uma situação financeira e fiscal do estado que é sabida e é verificada para
519 todos os entes da federação. Os servidores têm que ter mais eficiência, mais inteligência
520 mesmo para implementar as políticas. A ideia de passar de capacitação presencial para a
521 capacitação de forma *online* vem muito nesse sentido. Historicamente atendia-se uma
522 média de 140 municípios/ano com as capacitações presenciais. Diz que estão na
523 primeira turma da EAD, criada no dia 08 de setembro, esse se tem nessa turma 314
524 municípios inscritos. Dobrou-se a quantidade de municípios atendidos. Com a
525 mobilização de recursos ínfima perto da que se precisaria para ir presencialmente a cada
526 um deles. Isso é muito significativo. Quando se pensa na quantidade dos municípios de
527 Minas são 30% desse número. Defato se conseguiu chegar muito mais longe por causa
528 desse tipo de ferramenta. O Curso de Descentralização do Licenciamento Ambiental é
529 destinado aos municípios para trabalhar as principais competências e atribuições desses
530 entes na regularização ambiental. É um curso introdutório. A ideia não é que se entre em
531 situações muito específicas e em nível avançado mas que se faça uma espécie de
532 melhoramento para a equipe técnica que vai ficar trabalhando nesses municípios ou para
533 os municípios que irão assumir. Observa que não se destinou o curso apenas para os
534 municípios que já licenciam mas para os municípios que gostariam de assumir essa
535 competência. Diz que se fez uma campanha para que os Conselheiros municipais
536 também participassem do curso. Fez-se uma ampla divulgação, de que vai falar mais a
537 diante, e a ideia é alcançar o maior número de servidores, técnicos e gestores municipais
538 sobre a temática. O curso tem carga horária de 30 horas. Foi primeiramente estruturado
539 em três semanas, mas se decidiu no final da semana passada ampliar porque se
540 receberam algumas inscrições. Viu-se que seria mais vantajoso que se tivesse maior
541 número de inscritos nessa turma. O início foi realizado no dia 28 de setembro. Há
542 módulos que tratam da temática do sistema de meio ambiente de forma geral, da
543 descentralização, do processo de municipalização quanto módulos mais específicos
544 como intervenção ambiental e licenciamento ambiental em Minas Gerais. O curso foi
545 produzido pela inteiramente pela equipe interna da SEMAD, pela equipe da Diretoria
546 com o apoio das outras duas Diretorias que fazem parte da Superintendência de Apoio à
547 Regularização Ambiental. Diz que trouxe alguns recursos que se utilizaram. Trouxe
548 alguns vídeos para reforçar os conteúdos também produzidos pela equipe, também
549 trouxe indicação de outras literaturas em que o participante poderia aprofundar-se se
550 quisesse entender melhor aquele tema. O curso tem uma avaliação de aprendizagem para
551 emissão de certificado com requisitos mínimos de aprovação. Há também uma
552 avaliação de satisfação para que se possa aprimorar as ações para as próximas turmas.
553 Já é interesse, no início do ano que vem, abrir nova turma do curso. Também se
554 entendeu que, nesse momento de contato com os municípios, seria um momento de se
555 entender melhor como está a estrutura ambiental. Trouxe-se um questionário para
556 coletar informações sobre essa questão e o fórum de dúvidas técnicas mais relacionadas



557 à plataforma. Deixou-se o e-mail da Diretoria, porque já é portal central, para
558 encaminhamento de dúvidas de conteúdo. Diz que, até então, se tem tido uma interação
559 significativa dos participantes que encaminham feedbacks, encaminham dúvidas. Tem-
560 se tido grande aprovação desse tipo de ferramenta, o que motiva a criar nova turma no
561 início do ano que vem. A divulgação foi feita em 853 municípios. Divulgou-se pelo site
562 da SEMAD e também nas mídias sociais. Antes de se enviar o convite fez-se ampla
563 divulgação de fato bem pensada e se conseguiu atingir um número muito grande de
564 municípios. Atrelada a essa iniciativa do EAD, tem-se tentado fazer capacitações
565 temáticas para aqueles temas que se vê serem de grande interesse da maior parte dos
566 municípios. Fez-se uma capacitação para o município de Juiz de Fora, que foi o piloto.
567 Havia uma demanda antiga de se fazer uma Capacitação dos postos de combustíveis.
568 Fez-se em parceria com a SUPRAM Zona da Mata, no finalzinho de agosto, e deu
569 muito certo. Ampliou-se essa iniciativa para os demais municípios que já licenciam e se
570 teve uma participação de 80% dos municípios que já licenciam, considerando os
571 consórcios. E diz que é um número muito significativo se se pensar que se fez isso com
572 uma mobilização pequena de recursos e em uma tarde. Diz que o que se percebe é que
573 há muita abertura e há demanda para esse tipo de iniciativa, porque não só a SEMAD é
574 mais eficiente em sua atuação, mas os municípios fazem a diferença, pois não precisam
575 deslocar-se até a Cidade Administrativa para ter esse tipo de informação. Consegue-se
576 chegar mais longe e alcançar mais gente de forma muito mais rápida, muito mais
577 eficiente. Informa que, neste mês de outubro, vai-se ter uma nova capacitação, uma
578 sequência dessa capacitação de postos de combustíveis, que vai ser sobre áreas
579 contaminadas, em parceria com a equipe da FEAM, e vai acontecer no dia 21. Pede aos
580 Conselheiros que, caso tenham contato com os Prefeitos Municipais, ajudem na
581 divulgação. Coloca-se à disposição para esclarecimentos. O **Presidente Yuri Trovão**
582 agradece à Geovana pela apresentação. Informa que haverá um curso de Capacitação de
583 Conselheiros disponível também na Trilha do Saber. Espera que, na próxima reunião se
584 possa falar mais dele. Questiona se algum Conselheiro tem alguma dúvida, quer fazer
585 algum destaque. Pede que Geovana disponibilize a apresentar para que se encaminhe
586 aos Conselheiros. Diz que houve um problema com o técnico do IEF que iria fazer a
587 apresentação do item 7. Ações de Prevenção e Combate a Incêndios. Passará ao próximo
588 item da pauta e, se houver possibilidade, ele faz a apresentação. E não houver, retirará o
589 ponto da pauta.

590 **8. Modernização do Processo de Fiscalização Ambiental. Apresentação: Semad.**

591 O **Presidente** diz que Elisângela, da SUFIS, fará a apresentação.

592 **Elisângela Tonon** diz que está lotada na Diretoria de Estratégia de Fiscalização e é
593 Coordenadora do Núcleo de Apoio Técnico dessa Diretoria. Diz que veio representando
594 o Subsecretário de Fiscalização César Cruz e o tema que traz é a Modernização do
595 Processo de Fiscalização Ambiental e complementando as falas que a antecederam em
596 relação às tecnologias que vêm utilizando na modernização do sistema de fiscalização.
597 Diz que vai compartilhar uma apresentação. Diz que uma das competências da
598 Subsecretaria de Fiscalização Ambiental é promover o planejamento, o monitoramento
599 e a execução das ações de comando e controle no estado de Minas Gerais. Tanto as
600 fiscalizações preventivas quanto as fiscalizações repressivas devem ocorrer de forma
601 coordenada, planejada, com articulação institucional com os entes do SISEMA além dos
602 outros entes que os apoiam nas ações cotidianas. Com vistas a desenvolver as ações de
603 inteligência e estratégia, para promover o alcance dos objetivos, têm-se dedicado a



604 buscar formas mais automatizadas e mais tecnológicas e de alcance de população maior
605 para que as ações sejam mais efetivas. Diz que vai falar sobre o Sistema de Fiscalização
606 e Autos de Infração Digital, que é o SISFAE, sistema de lavratura automatizada; a
607 Fiscalização Preventiva, um programa de governo em que se propõem ações de
608 mobilização anteriormente a ações de fiscalização para promover a regularização
609 ambiental, diminuição da poluição e da degradação amplificando e promovendo
610 também informações sobre o sistema de controle ambiental. Há ainda o EAD da
611 fiscalização ambiental que vai ao encontro do que foi falado por seus antecessores. O
612 Sistema de Fiscalização e Autos de Infração Digital é um sistema que a fiscalização vem
613 modernizando. Diz que se tinha a lavratura anterior em blocos de papel. Isso demandava
614 tempo, demandava dificuldades de entendimento em relação a escrita mesmo,
615 dificuldades quanto ao cancelamento em razão de erros de lavratura. A partir disso,
616 pensou-se em desenvolver um sistema digital para lavraturas em *smartphones*; tem-se
617 também a plataforma web onde é feito o gerenciamento de todas essas informações e
618 onde também é possível fazer a lavratura dos autos de infração, autos de fiscalização e
619 as notificações. Destaca que a busca por esse aprimoramento se deu muito em função de
620 observações diversas. Sabe-se que no processamento dos autos de infração, via-se muito
621 cancelamento, anulação com erros simples como ausência de assinatura do agente
622 autuante, ausência de identificação do autuado ou aplicação da multa em reais ou em
623 ufemgs – art, 112 do decreto 47383, de 2018; utilização às vezes de um código que já
624 tinha sido revogado. Com esses percentuais altos de ausência de informação que não
625 aparece em nenhuma outra parte do auto de fiscalização. Não se consegue fazer nexos
626 entre o que foi fiscalizado e o que foi autuado, ausência do código da infração
627 dificultando o processamento; incorreção do código da infração, onde o código não
628 condiz com o que está descrito no auto de fiscalização. Diz que foi verificado que o
629 SISFAI, no período de utilização, começou a ser utilizado em 2019, conseguiu diminuir
630 60% dos casos desses cancelamentos dos autos de infração. Diz que o SISFAI promove
631 uma informação mais completa, mais legível. A realização da fiscalização dentro do
632 SISFAI, dentro do Smartphone é feita em módulos. O fiscal em campo tem que seguir
633 aquela ordem, fazendo com que nenhum dado seja perdido ou esquecido, fazendo com
634 que essa lavratura seja mais completa. Consegue-se dentro desse auto de fiscalização
635 lançar fotos com descrições do que está sendo verificado em campo, fazer orientações,
636 descrever o sistema de controle, caracterizar a atividade que está sendo fiscalizada,
637 descrever não conformidades e outras informações que podem ser relevantes para
638 lavratura de auto de infração, se for o caso. Destaca que o Sistema de Fiscalização e
639 Auto de Infração Digital – SISFAI - teve início em 2019 com celebração de um
640 contrato com o desenvolvedor do sistema. Em maio de 2019 foi a primeira versão
641 implementada para a fiscalização da SEMAD. Já em outubro de 2019 há a integração e
642 certificação eletrônica; em novembro todas as Companhias da PM Ambiental aderiram
643 ao programa; 80 aparelhos foram distribuídos no estado. 40 aparelhos foram
644 distribuídos para os servidores credenciados para a fiscalização da SEMAD e 40 outros
645 aparelhos para as Companhias de Polícia Ambiental. Em janeiro de 2020 houve esse
646 desenvolvimento para a capacidade total da lavratura e integração entre o SISFAI e
647 outros sistemas também da SEMAD como o CAP e o SISFIS, sistema de fiscalização
648 onde são inseridos todos os dados das fiscalizações realizadas pela SEMAD e pela PM.
649 Mostra o mapa do projeto piloto do SISFAI, na primeira etapa, onde foram distribuídos
650 40 aparelhos para as SUPRAMs e para a fiscalização da SEDE que fica na Cidade



651 Administrativa. Os outros 40 aparelhos foram distribuídos para as Companhias de
652 Polícia Militar de Meio Ambiente. Com essa distribuição, foi observado que, de julho
653 de 2019 a julho de 2020, foram lavrados mais de 9.200 documentos e mais de 2.000 e-
654 mails disparados para cientificação. Atualmente, a lavratura dos autos de fiscalização,
655 infração, notificação, todos têm inserções coordenadas geográficas e também relatório
656 fotográfico. Houve integração com os sistemas CAP e SISFIS. A partir do momento em
657 que os autos são finalizados, o agente autuante aciona um módulo específico de
658 sincronização e envia esses dados de forma automática para o CAP e para o SISFIS. Diz
659 que também existe a possibilidade de medição de áreas com o SISFIS, e consulta a 10
660 camadas de restrição da base da IDE. São informações muito importantes para serem
661 captadas no ato da fiscalização. No ato, pode-se, além de verificar a situação do
662 empreendimento de acordo com a camada que for consultada até informar ao
663 empreendedor sobre alguma restrição ou alguma outra informação que for necessária.
664 O SISFAI também possui diretrizes de aplicação do Decreto 47838/20, que é o decreto
665 para as atividades agrossilvipastoris e agroindustriais; e a gestão dos autos de infração
666 lavrados no SISFAI acontecem na Plataforma Web. Na plataforma Web também é
667 possível iniciar ou dar continuidade a lavraturas de autos de infração, de fiscalização ou
668 notificação. Em julho de 2020, teve-se uma expansão do SISFAI com a aquisição de
669 mais 250 licenças/aparelhos Smartphones que foram distribuídos para equipes da
670 SEMAD: Fiscalização, Emergência Ambiental, Regularização e Polícia Ambiental com
671 uso de mais de 1500 usuários. Em agosto de 2020, foram também adquiridas
672 impressoras térmicas para modernização do processo de cientificação eletrônica. A
673 cientificação eletrônica é o primeiro procedimento para lavratura do auto de fiscalização
674 ou infração digital. É nesse momento que o servidor, o agente fiscal, informa para
675 aquele que está sendo fiscalizado as formas que ele tem para receber esses documentos
676 gerados na fiscalização. Pode ser por aplicativos de mensagens, podem ser enviados por
677 e-mail e também por ofício. Mostra um mapa que apresenta a distribuição da segunda
678 etapa dos aparelhos que foram para a SEMAD e para as Companhias de Meio Ambiente
679 da Polícia Militar. Mostra os próximos passos buscando a melhoria na qualidade do
680 sistema: modernização da estrutura de cientificação eletrônica, de acordo com o que
681 falou anteriormente (mensagem, e-mail ou documento impresso); automatização da
682 lavratura dos autos de fiscalização através de *check-lists* implementadas pelo SISFAI.
683 Diz que se está buscando fazer o mapeamento da fiscalização das atividades
684 potencialmente poluidoras, da fiscalização da flora, fauna, pesca, para colocar uma
685 sequência de módulos dentro do SISFAI, para que, na própria lavratura, o agente fiscal
686 siga uma orientação, tenha uma sequência de fiscalização para que nenhum dado seja
687 esquecido, deixado de lado, para que a lavratura seja a mais completa possível. Há
688 Modernização do Módulo de Área e a Criação de um Banco de Áreas
689 Suspensas/Embargadas na plataforma IDE. Isso vai ser muito importante para
690 identificação no ato da fiscalização. Um projeto de Governo é a Fiscalização Ambiental
691 Preventiva, onde se busca a diminuição da lavratura de autos de infração em função da
692 conscientização e mobilização feita através de ações e programas e operações de
693 fiscalização preventiva. As ações de fiscalização de caráter preventivo têm como
694 objetivo informar, instruir e sensibilizar a sociedade a respeito das melhores práticas
695 ambientais. Ela pode ser desenvolvida de três formas: - Ação de Fiscalização
696 Preventiva, é uma ação que tem um tema, é pontual ou contínua; - Operação de
697 Fiscalização Preventiva: é um conjunto de ações preventivas realizadas num período



698 estabelecido; - Programa de Fiscalização Preventiva, que é um programa estabelecido
699 entre SISEMA e outras entidades representativas que visa a enfrentar os principais
700 problemas de determinada região, de um setor produtivo com o objetivo de trazer
701 instrução, mobilizar, fazendo com que haja ganhos e retornos para o meio ambiente.
702 Mostra um mapa executivo que está dentro do Plano Anual de Fiscalização do ano de
703 2019, onde são distribuídas as fiscalizações preventivas do Governo naquele ano, tanto
704 os workshops da FAPI, de que vai falar mais adiante, quanto as ações de fiscalização
705 preventiva regionais. Diz que a FAPI é o Programa de Fiscalização Ambiental
706 Preventiva na Indústria, que se vem desenvolvendo desde 2017 com números bastante
707 interessantes e significativos em termos de ganho ambiental. Tem o objetivo de informar
708 instruir e sensibilizar os empreendedores do setor industrial a respeito das melhores
709 práticas ambientais, e da regularização ambiental em articulação com a FIEMG. Diz que
710 esse programa é dividido em três etapas. A primeira etapa é a mobilização do setor onde
711 são realizados workshops com representantes das instituições envolvidas que repassam
712 informações sobre o papel de cada entidade e abertura de prazo para regularização.
713 Neste ano, a etapa do workshop já aconteceu. Foi desenvolvida de forma digital em
714 função do momento que se está vivendo, foi muito ampla e foi muito bem aceita e teve
715 números significativos importantes de mobilização, de participação. Informa que a
716 segunda etapa ocorre 90 dias depois da etapa do workshop. Aí é realizada a fiscalização
717 ambiental. A terceira etapa é a elaboração do resultado do relatório de avaliação do
718 Programa. Faz-se o monitoramento para verificar se os objetivos do Programa foram
719 cumpridos dentro do que foi pensado. Houve uma evolução muito significativa do
720 Programa ao longo desses anos, considerando que ele começou em 2017. Os métodos de
721 seleção dos alvos foram aprimorados, todos os alvos que medem as atividades dos
722 empreendimentos dos setores envolvidos de cada FAPI são colocados na plataforma da
723 FIEMG. Lá estão todos os possíveis alvos de fiscalização. Lá o empreendedor ou
724 interessado pode acessar utilizando seu CNPJ e verificar se sua atividade poderá ser
725 alvo de fiscalização dentro do programa do ano em curso. A Plataforma FIEMG está
726 com todas as informações necessárias, desde o cronograma, as datas dos workshops, as
727 datas das possíveis fiscalizações, os setores ou as atividades industriais que foram
728 selecionados para o programa daquele ano, os contatos, dúvidas frequentes, como
729 iniciar um programa de regularização. Está muito completa essa plataforma da FIEMG
730 e com todas as informações que podem ser de utilidade para os empreendedores. A
731 especialização dos alvos está dentro dessa plataforma onde estão todos os
732 empreendimentos, dentro dos setores que foram identificados para o Programa. Cada
733 ano são setores, atividades diferentes. Também dentro dessa plataforma existem vídeos
734 com instruções e esclarecimentos. Os próprios vídeos dos workshops estão lá também.
735 Mostra ilustração da plataforma da FIEMG e as situações dos alvos dentro do estado de
736 Minas Gerais. O empreendedor clica dentro do mapa e verifica se sua empresa está ou
737 não inclusa dentro daqueles possíveis alvos de fiscalização. Informa que o Programa
738 começou em 2017, quando as atividades foram bem amplas, passando pelas atividades
739 minerárias, atividades industriais, metalúrgicas, químicas, alimentícias, setor de
740 comércio e serviços. Foram realizados 17 workshops, que são geralmente realizados nas
741 regionais da SEMAD e da FIEMG. Naquela ocasião foram realizadas 1219 fiscalizações
742 com uma incidência de infração de 0,9%. Observa que em 2019 verifica-se a evolução
743 do Programa onde se conseguiu reduzir essas atividades, identificando melhor, de
744 acordo com a DN 217. Foram realizadas fiscalizações nas atividades minerárias na



745 listagem A-03 e na listagem A-05; nas atividades industriais/ metalúrgicas nas
746 atividades B01 – B07 e B-10; industriais na C-09; e nas atividades de serviço e
747 comércio na F-01 e F05. Foram realizados 11 workshops; houve uma incidência de
748 infração de 6,19%. Diz que gostam de mostrar que, além da questão da fiscalização da
749 apresentação, fazem uma correlação com o incremento na busca pela regularização. Diz
750 que, nesse período, entre o workshop e a fiscalização, foram verificados 609
751 requerimentos para regularização dentro dessas atividades selecionadas no Programa
752 FAPI. Considerando-se a evolução da FAPI no período a partir de 2017, mais de 2500
753 pessoas foram orientadas; ocorreram mais de 3400 fiscalizações, com um percentual de
754 3,12% de infrações constatadas e a indução à regularização ambiental de mais e 4400
755 empreendimentos. Como indicadores desse projeto estratégico da Fiscalização
756 Ambiental Preventiva na Indústria, verifica-se um aumento de 25% no número de
757 solicitações de licenças ambientais para as atividades abarcadas no programa em relação
758 aos 12 meses anteriores. Frisa que isso mostra um efeito positivo à indução da
759 regularização ambiental. Diz que se consegue monitorar a redução de 90% do número
760 de infrações ambientais constatadas nas fiscalizações de atividades abarcadas pelo
761 programa em relação às fiscalizações não pertencentes às ações preventivas. Isso mostra
762 que os workshops, o acompanhamento, a mobilização do setor faz com que o meio
763 ambiente tenha uma qualidade melhor nesses locais. Consegue-se mensurar uma
764 redução de 74,5% na taxa de incidência de irregularidades ambientais. Dentro dos
765 projetos de fiscalização ambiental preventiva, teve-se um programa de grande sucesso
766 que foi o Programa Suinocultura no Vale do Piranga. Esse programa surgiu em função
767 da realização de uma operação especial de fiscalização ambiental nos ambientes de
768 suinocultura onde foi verificada uma qualidade muito ruim da água e também eram
769 alvos de muitas denúncias de lançamentos de resíduos em cursos d'água sem
770 tratamento, dentre outras não conformidades ambientais. Essa fiscalização foi realizada
771 no Vale do Piranga nesses municípios citados, Catas Altas, Coimbra, Oratórios, Piedade,
772 e onde há uma grande incidência de realização de atividades de suinocultura. Diz que
773 houve um monitoramento da operação para avaliar a eficiência das ações fiscalizatórias
774 que ocorreram no período de 2012 a 2015. Também buscou-se a mobilização do setor e
775 aproximação com os suinocultores visando ao entendimento da situação que estavam
776 passando e diminuição das irregularidades. Nas ações implementadas nesse programa
777 de acompanhamento dos autos de infração, dos 17 empreendimentos autuados em 2012,
778 16 regularizaram suas atividades; das 16 empresas autuadas apenas três foram multadas
779 novamente durante as atividades de inspeção realizadas em 2014 e 2015, mostrando a
780 efetividade do Programa. Foram realizadas amostragens na água do rio no ano de 2012,
781 com 22 amostras em corpos d'água receptores de efluentes das silviculturas fiscalizadas,
782 sendo confirmadas situações de degradação dos ecossistemas aquáticos; implementação
783 de uma rede de monitoramento de qualidade da água pela Associação de Suinocultores
784 do Vale do Piranga em complementação ao programa Águas de Minas do IGAM e que
785 permitiu reconhecer a contribuição da suinocultura para a piora da qualidade das águas
786 na região. A fiscalização contínua levou à antecipação e aumento da procura pela
787 regularização ambiental, mostrando esse caráter de indução de regularização preventiva
788 e a percepção pelos partícipes da importância das ações conjuntas e cooperação entre as
789 autoridades públicas e empreendedores. Diz que a mais nova operação de fiscalização
790 preventiva é a FAPA – Finalização Preventiva na Agricultura. Teve origem na Operação
791 Regional de Fiscalização chamada Carimã que ocorreu no Sul de Minas, nos municípios



792 de Conceição dos Ouros e Conceição de Minas, onde foram fiscalizadas 28 fábricas de
793 produção de polvilho. Nesses empreendimentos foram lavrados 18 autos de infração em
794 função da inadequada destinação dos resíduos, da falta de sistemas de controle
795 ambiental. Também foi verificado que no local há um grande emprego de uso de água. A
796 atividade em si faz utilização de grande quantidade de água que demanda poços
797 tubulares mais profundos, utilização de água de recursos hídricos. Isso tudo está sendo
798 visto e orientado dentro dos workshops. Realizou-se uma reunião pública com a
799 mobilização do setor e, posterior, a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica
800 entre a SEMAD e a Associação dos Polvilheiros dos Município de Cachoeira de Minas
801 e Conceição dos Ouros. Diz que m dos desafios para esse programa é a questão dos
802 sistemas de controle ambiental da mitigação dessa degradação ambiental que ocorre lá e
803 que foi motivo da lavratura dos autos de infração. Busca-se a adequação dos
804 empreendimentos com relação ao descarte correto dos efluentes com a construção de
805 estruturas para tratamento, verificação de áreas disponíveis para fertirrigação. Também
806 é considerado o valor para a instalação dessas benfeitorias visto também que o mercado
807 está em baixa. Diz que também se tem verificado a questão junto à Associação. Há a
808 adequação para o reuso da água visto a grande utilização desses poços tubulares
809 profundos. A execução das etapas de mobilização e instrução em tempos de pandemia, a
810 FAPA ocorreu na semana passada. Houve mais de 170 participantes m quatro dias de
811 mobilização de workshop onde foram repassadas informações quanto a regularização
812 ambiental, quanto aos sistemas de controle ambiental ou quanto também à utilização de
813 recursos hídricos, a busca por incentivos econômicos para criar condições de
814 implementação dos sistemas de controle. A adesão dos associados foi bastante
815 significativa. Complementando o que já foi falado pela Geovana e pelo Daniel, a SIFIS
816 está preparando um curso de capacitação em Fiscalização Ambiental. Frisa que se
817 buscou essa forma de capacitação porque é uma forma de ampliar o conhecimento com
818 maior alcance do público-alvo; é realizado de forma on-line. Está-se desenvolvendo
819 esse curso juntamente com a equipe da DIDP, Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
820 SEMAD, para Inclusão desse curso dentro da plataforma Trilhas do Saber. A
821 capacitação está sendo desenvolvida nas temáticas: atividades potencialmente
822 poluidoras, estratégia, fauna, flora, pesca e recursos hídricos. Esse material está sendo
823 desenvolvido dentro das Diretorias de Extração, no Núcleo de Apoio Técnico, com o
824 apoio também das Diretorias de Fiscalização Regionais, com o apoio também da
825 Superintendência de regularização Ambiental na questão das revisões. O objetivo desse
826 curso de capacitação on-line é: capacitação de agentes credenciados da SEMAD, das
827 suas entidades vinculadas e da Polícia Militar de Meio Ambiente para atuação nas
828 diversas temáticas que envolvem o meio ambiente; promoção do nivelamento de
829 conhecimento e a padronização das ações fiscalizatórias no estado de Minas Gerais, a
830 fim de garantir a amplificação da eficiência e segurança administrativa. Informa que o
831 curso vai ser levado para Plataforma de Gestão do Conhecimento do SISEMA, que é o
832 Trilhas do Saber. Vai estar disponível como Curso de Fiscalização Ambiental. Está
833 sendo desenvolvido dentro das temáticas que já falou anteriormente: atividades
834 potencialmente poluidoras, estratégias, fauna, flora, pesca e recursos hídricos. Esses
835 cursos foram divididos em módulos. Apresenta quadro com esquema detalhado do
836 curso. Diz que cada temática tem um estudo de caso para verificação do conhecimento
837 adquirido pelo aluno que fizer esse curso. Vai ser um curso aberto, disponível para todos
838 que quiserem realizá-lo. O primeiro curso a ser lançado vai ser o curso de Recursos



839 Hídricos. Ele já foi concluído pelos contuidistas e está na Diretoria de Desenvolvimento
840 de Pessoas e está sendo colocado no Trilhas do Saber. Diz que é isso que tinha para
841 colocar. Está à disposição para as dúvidas e a SUFIS também está à disposição para
842 quaisquer outras dúvidas. O **Presidente Yuri Trovão** agradece a apresentação e
843 parabeniza por sua fala. Questiona se algum Conselheiro tem alguma ponderação,
844 algum destaque, questionamento a ser feito a Elisângela. Diz que faz um elogio à
845 Secretaria. Como os Conselheiros verificaram pelas apresentações, a SEMAD está
846 procurando modernizar-se seja no sistema de licenciamento eletrônico, seja na
847 fiscalização, seja no treinamento dos Conselheiros, de terceiros que queiram saber mais
848 da SEMAD. Não havendo questionamento, diz que segue a pauta. Vai retirar o item 7 da
849 pauta: **Ações de Prevenção e Combate a Incêndios**. Diz que a pessoa que seria
850 responsável pela apresentação do IEF não pode comparecer à reunião. Passa ao item 9.

851 **9. Processos Administrativos para exame de Recurso ao Arquivamento:**

852 9.1 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda. / Fazenda Santa Rita A, B e C -
853 Silvicultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Olhos
854 D'água/MG - PA/Nº12349/2005/002/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram NM.
855 **RETORNO DE VISTAS pela Conselheira Laila Tupinambá Mota representante da**
856 **Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg.**

857 O **Presidente** diz que o item 9.1 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda. já tem
858 destaque. Diz que vai inverter a pauta. Se não houver destaque no Item 9.2, já coloca em
859 julgamento. Diz que a pauta está invertida para ao item 9.2

860 **9.2 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda.** / Fazenda Chapada A - Produção de
861 carvão vegetal, oriunda de floresta plantada - Jequitai/MG - PA/Nº
862 12069/2004/005/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram NM.

863 O **Presidente** questiona se há destaque. O **Conselheiro Daniel Piovanelli**, representante
864 do Ministério Público, diz que o Ministério Público vai abster-se nas duas votações nos
865 termos do art11 do Ato da CGMP nº2 de 2020. O **Presidente** diz que está registrada a
866 abstenção do Conselheiro Dr. Daniel Piovanelli. O **Presidente** diz que não havendo mais
867 destaques coloca em votação o item 9.2 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda.

868 Inicia a votação: SEAPA: Sérgio, favorável; SEDE, Benigno, ausente; IDENE: Márcia,
869 favorável; SEINFRA: Leander, favorável; EPAMIG: Poliana, favorável; O **Presidente**
870 pede que cada um fale o nome e a entidade que representa. SEDESE: José Renato
871 favorável; PMMG: Sargento Marques: favorável; CRBIO 4: Sabrina, favorável;
872 MPMG: O Presidente informa que houve abstenção pelo Dr. Daniel e os motivos já
873 expostos; Prefeitura Montes Claros: Vinicius Queiroga favorável; FIEMG: Laila,
874 favorável;

875 FAEMG: Juvenal, abstenção. O **Presidente** questiona se quer justificar sua abstenção.

876 O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que não teve tempo para
877 tomar conhecimento total do processo. FEDERAMINAS: Dirceu Martins, favorável;

878 Sindicato dos Produtores Rurais: Hilda, favorável; GRUFINCH: Edmundo, abstém-se
879 por não ter tido tempo de analisar o processo; ADISC Rosimeire favorável; CAA:

880 Álvaro Carrara favorável; ICA/UFMG Rúbia favorável; FASAMOC: Wesley
881 favorável; OAB Henrique Tondinelli: favorável. O **Presidente** diz que quer voltar em

882 relação à SEDE. Questiona se o Conselheiro Benigno está presente. Diz que, se ele
883 quiser, pode votar pelo chat e se faz a leitura na mesa. Diz que ele está on-line, mas não

884 consegue ouvi-lo. Questiona se ele consegue ouvir ou votar pelo chat. Diz que vai
885 colocá-lo como ausente. **Vânia**, da Assessoria dos Órgãos Colegiados, diz que está tentando



886 fazer contato com ele, porque parece que o microfone dele é que está com problema. Diz que já
887 entrou em contato com ele pedindo para votar pelo chat. **Vânia** informa que o telefone dele está
888 fora de área ou desligado. Não conseguiu contato. O **Presidente** agradece. Diz que vai colocá-lo
889 como ausente. O **Presidente** informa que o **recurso foi indeferido por 16 votos**
890 **favoráveis, 03 abstenções e 01 ausência.** O **Presidente** diz que volta ao item 9.1
891 Brascan Empreendimentos Florestais Ltda. / Fazenda Santa Rita A, B e C - Silvicultura
892 e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Olhos D'água/MG - PA/Nº
893 12349/2005/002/2013 - Classe 3. **RETORNO DE VISTAS pela Conselheira Laila**
894 **Tupinambá Mota representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas**
895 **Gerais - Fiemg.**

896 O **Presidente** diz que a Conselheira Laila não apresentou relato por escrito, mas tem
897 direito, conforme o Regimento, de se manifestar em relação ao ponto de pauta para o
898 qual solicitou vista, Lembra que, nesse caso, quando as vistas não são entregues
899 tempestiva e de forma por escrito, não servirá para efeitos de fato novo, ou seja, se a
900 Conselheira Laila trouxer um fato novo, ele não pode ser objeto de vistas em função
901 disso. Diz que ele pode retirar de pauta, baixar em diligência, mas não pode ensejar
902 novas vistas em função de qualquer fato novo que a Conselheira trouxer. Passa a palavra
903 à Conselheira. Diz que, como não há inscritos, fica a cargo da equipe posteriormente
904 fazer os destaques. A **Conselheira Laila Tupinambá Mota**, representante da FIEMG,
905 diz que, conforme o Presidente falou, não apresentou relato de vistas. Entendeu,
906 conforme foi conversado na última reunião, em alguns outros processos em caso de
907 arquivamento, dependendo da pendência que o empreendedor deixou para apresentar
908 que ensejaram o arquivamento, acha que é possível reverter isso sem precisar de um
909 novo processo. Diz que gostaria de ouvir o empreendedor para ouvir suas justificativas
910 antes de dar seu voto. Como o Presidente diz que não há nenhum inscrito, sugere que se
911 coloque o processo em votação.

912 O **Presidente** questiona se algum Conselheiro quer fazer destaque. Questiona a equipe
913 da SUPRAM NM se quer fazer destaque. Coloca em votação o item 9.1 Brascan
914 Empreendimentos Florestais Ltda. / Fazenda Santa Rita A, B e C - Silvicultura e
915 produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Olhos D'água/MG - PA/Nº
916 12349/2005/002/2013

917 Inicia a votação: SEAPA: Sérgio, favorável; SEDE: Benigno, ausente; IDENE: Márcia
918 Versiani, favorável; SEINFRA: Leander, favorável; EPAMIG: Poliana, favorável;
919 SEDESE: José Renato, favorável; PMMG: Sargento Marques, favorável; CRBIO 4:
920 Sabrina, contra o parecer, visto que a SUPRAM deu ao empreendedor todas as chances
921 de sanar o projeto. O arquivamento e o início de um novo processo de regularização o
922 pode levar a sociedade a um risco maior..... Dito isso, entende que, se for dada uma
923 chance ao empreendedor de ser colocadas mais regras de comando e controle do
924 processo, pode ser que o empreendedor assuma e se comprometa a tomar de forma mais
925 séria as responsabilidades frente às obrigações legais. MPMG: O **Presidente** informa
926 que houve abstenção pelo Dr. Daniel e os motivos já expostos; Prefeitura de Montes
927 Claros: Vinicius Queiroga, favorável; FIEMG: Laila diz que vai abster-se do voto.
928 Justifica que gostaria de ter ouvido o empreendedor. Como ele não fez a inscrição, ainda
929 assim acredita que poderia ser revertido isso. Ficaria mais segura se o tivesse escutado.
930 FAEMG: Juvenal, abstenção pela mesma razão anterior. O **Conselheiro Juvenal**
931 **Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que não teve tempo para tomar conhecimento total
932 do processo. FEDERAMINAS: Dirceu Martins, favorável; Sindicato dos Produtores



933 Rurais: Hilda diz que acompanha o voto da Conselheira Sabrina. Diz que viu o projeto,
934 leu a justificativa. Algumas justificativas do não cumprimento das inconformidades
935 acredita que possam ser revertidas. A grande maioria das condicionantes, das
936 necessidades foram estudadas e apresentadas. Entende que é um processo longo,
937 oneroso para todos, tanto para o setor público que analisa como para o empreendedor.
938 Acredita que algumas dessas situações que foram consideradas inconformidades
939 poderiam ser revertidas.O **Presidente** observa que a Conselheira Hilda está votando
940 contrário ao parecer.GRUFINCH: Edmundo abstém-se alegando a mesma justificativa
941 da Conselheira Laila. Acha que ela está certíssima. Concorda com ela.ADISC
942 Rosimeire. O Presidente diz que ela está votando favorável pelo chat.CAA Álvaro
943 Carrara favorável;ICA/UFGM Rúbia favorável;FASAMOC:Weslei, favorável;OAB:
944 Henrique Tondinelli: favorável. O **Presidente** diz que volta no Conselheiro Benigno.
945 Questiona se ele conseguiu entrar. Não está conseguindo manifestar-se. Coloca-o como
946 ausente. Informa que **o processo pela manutenção do arquivamento teve 13 votos**
947 **favoráveis, 02 votos contrários, 04 abstenções e 01 ausência.Vânia**, da Assessoria
948 dos Órgãos Colegiados, diz que se colocou no chat para os Conselheiros se inscreverem
949 no canal de reuniões do COPAM e CRH.O **Presidente** reforça a solicitação de Vânia
950 para que os Conselheiros se inscrevam nos canais do COPAM e CRH (Youtube).Dar um
951 like e ativar o sininho.Vânia adverte que alguém está chamando.O **Conselheiro**
952 **Benigno Antônio Oliva Santos**, representante da SEDE,questionase ainda pode votar.
953 Diz que está tentando falar, mas teve problema e só agora conseguiu resolver. Diz que
954 estava ouvindo, mas não conseguia ser ouvido.O **Presidente** se desculpa e diz que teve
955 que dar andamento à reunião. Diz que vai considerar a presença do Conselheiro, mas
956 nas votações colocou que estava ausente no momento da votação. Para efeito em relação
957 à presença do Conselheiro na reunião, está garantido. O **Presidente** diz que são 15:42h.
958 Dá por encerrada a reunião. Agradece a presença de todos e que Deus abençoe.
959 **11. Encerramento**
960 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
961 foi lavrada a presente ata.
962 Esta é a síntese da reunião do dia 13 de outubro de 2020.
963